



## POLÍTICA CULTURAL NA GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Paula Borges Bastos<sup>1</sup>

Gustavo Gomes Lopes

**RESUMO:** A experiência do Programa de Centros de Memória no Instituto Federal Fluminense a partir de Edital aberto a servidores em geral, com participação de discentes bolsistas e voluntários, é abordada com ênfase nos desafios que impõem o diálogo com as diferentes culturas e concepções identitárias existentes na sociedade e no interior da própria instituição, construindo diferentes formas de diálogo com as comunidades nas diversas áreas de abrangência dos diversos *campi*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros de Memória; territorialidade; Instituto Federal Fluminense.

### **1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto da educação profissional no Brasil**

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no ano de 2008, pelo Governo Federal, veio criar um marco na educação profissional no Brasil. Uma de suas características fundamentais baseia-se na oferta verticalizada de ensino, com cursos que incluem desde qualificação profissional, passando pelos cursos técnicos de ensino médio e tecnológico, bem como abrangendo cursos superiores de bacharelado e licenciatura, além de pós-graduação lato sensu e strictu sensu. Nesse sentido, os Institutos Federais possuem equiparação com as Universidades Federais, sendo considerados Instituições de Ensino Superior (IES). Criados em grande parte a partir dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e escolas agrotécnicas existentes no país, os Institutos Federais representaram um salto numérico na oferta de educação profissional brasileira, passando de 140 unidades em 2003 para 352 em 2011, com perspectiva de mais 208 unidades novas até final de 2014.

As mudanças observadas não se restringem às questões numéricas, sendo a interiorização um fator crucial no planejamento estratégico de concepção dos Institutos. Estes são concebidos para atuarem em consonância com o conceito de territorialidade e sua intrínseca relação com identidades culturais. Segundo Silva *et al.* (2009), “a noção de território é polissêmica”, e ao conceito geográfico delimitado por mesorregiões,

deve ser incorporada a concepção de território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo. Trata-se, portanto, de um território estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. Esse cenário exige que se supere a dimensão apenas geográfica de território e

---

<sup>1</sup> Servidor Técnico-Administrativo do Instituto Federal Fluminense - [pabastos@iff.edu.br](mailto:pabastos@iff.edu.br)

passa a percebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação. É no território que se materializa o desenvolvimento local e regional na perspectiva da sustentabilidade – um dos preceitos que fundamenta o trabalho dos institutos federais.

Em meio a essas transformações recentes, encontra-se a contínua discussão a respeito do papel representado pela educação tecnológica no país. Sobre o tema, Ciavatta (2011) aponta o cerne do debate sobre educação profissional, ao afirmar que

O trabalho, que é a atividade fundante da sobrevivência do ser humano na transformação da natureza para obter os meios de vida, ocorre em uma dupla perspectiva: com sentido ontológico, de atividade criativa e fundamental, e nas formas históricas, socialmente produzidas no espaço das relações sociais capitalistas. A educação tem seu sentido fundamental como formação humana e humanizadora, com base em valores e em práticas éticas e culturalmente elevados; e também ocorre em formas pragmáticas a serviço de interesses e valores de mercado.

A respeito dessas contradições, é ainda Ciavatta (s/d) quem apresenta uma perspectiva histórica que remete à dicotomia entre educação básica e educação profissional:

No Brasil, o dualismo das classes sociais, a desigualdade no acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravidão e de discriminação do trabalho manual. Sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção.

Segundo Kuenzer (2007) esse dualismo, porém, pode apresentar discursos diferentes de acordo com as mudanças que se desenvolvem no mundo do trabalho: ao dualismo claramente assumido que apontava a nítida distinção entre trabalho intelectual e atividade prática no trabalho, com suas conseqüências na área da educação, no denominado regime de acumulação flexível, passa-se ao discurso da dualidade negada, com a educação apontando para formação de profissionais que tenham condições de acompanhar as constantes mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo. Para a autora, ao avançar a intelectualização do trabalho, amplia-se o papel político de intervenção da escola, pois “mesmo com todos os limites impostos pela sua condição burguesa, são os processos educativos os responsáveis pela elevação da prática ao nível do pensamento, ou, dito de outro modo, são os processos educativos que fazem a mediação entre a teoria e a prática”.

Ciavatta (2011) defende que, para a superação da desigualdade existente, necessita-se caminhar na construção de uma educação “politécnica”, baseada na integração entre a formação geral e a educação profissional, com vistas a superar o tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira.

## **2 Cultura(s) e Identidades Culturais: a relação do Instituto Federal Fluminense com o território e uma experiência de gestão**

A relevância das questões culturais como foco de atenção para os Institutos Federais pode ser percebida através do art. 6º da Lei 11.892 de 29/12/2008, estando dentre suas finalidades e características:

[...]

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

[...]

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

[...] (BRASIL, 2008).

No bojo desse contexto, pensar uma política de gestão cultural para essa nova institucionalidade passa por compreender não apenas seus objetivos e finalidades, mas também a extensão das contradições existentes em seu contexto educacional, e o quanto isso se reflete nas concepções de cultura diversas existentes no território onde esta se situa e mesmo entre os servidores da própria instituição.

No caso do Instituto Federal Fluminense, pode-se perceber a amplitude da riqueza e diversidade cultural com que se depara, ao observar sua esfera de abrangência: das regiões Norte e Noroeste fluminense, passa pela Região dos Lagos, até chegar às franjas da região metropolitana.

Para dar conta dessa realidade, a Gestão do Instituto Federal Fluminense, no âmbito da cultura, tem atuado no sentido de apontar Editais abertos a toda a comunidade interna, com o intuito de detectar servidores com afinidades e interesses afins para assumirem proposições voltadas para as questões culturais. Entende-se que esse caminho pode gerar atitudes que contribuam para uma tomada de posição e superação das dicotomias entre trabalho manual *versus* trabalho intelectual, buscando garantir uma cidadania plena que inclua a cidadania cultural.

Este trabalho pretende abordar uma dessas experiências de gestão realizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal Fluminense, no âmbito da cultura, que é a implantação do Programa Centros de Memória do IFFluminense.

## **3 Programa Centros de Memória do IFFluminense**

### **3.1 Histórico**

Para compreender o território onde está inserido e compreender sua própria identidade educacional dentro deste contexto, foi criado, em 2012, no Instituto Federal Fluminense, o Programa Centros de Memória.

O Programa propôs a criação de um Centro de Memória em cada *campus* ou unidade da Instituição a partir de um edital baseado na participação espontânea de servidores que se propusessem a elaborar um projeto e compor a equipe. A cada Centro de Memória criado, foram concedidas duas bolsas de extensão para estudantes, de forma a garantir a participação discente nesse processo de construção coletiva.

O edital foi relançado nos anos de 2013 e 2014, para renovação dos projetos e entrada de novas unidades no Programa. Atualmente são nove unidades integrantes no Programa Centros de Memória, abrangendo duas no noroeste fluminense, cinco no norte fluminense e uma na região dos Lagos. As ações propostas, apesar de variadas, podem ser resumidas em: memória institucional, educação patrimonial, identificação e seleção de acervo, digitalização de acervo, turismo patrimonial, registros e depoimentos audiovisuais.

Cada Centro de Memória vem desenvolvendo projetos voltados para a preservação e divulgação da memória regional, de acordo com projetos específicos, relacionados com a realidade regional onde está inserido.

Nesse sentido, no *campus* Bom Jesus, os projetos estão relacionados com a preservação da cultura imaterial local e a própria memória do *campus*, um antigo colégio agrícola, com mais de 40 anos de existência. Muitas de suas ações estão relacionadas com memória oral, e diversas palestras e exposições têm sido realizadas envolvendo memória local, regional e nacional. No *campus* Itaperuna, criado em 2008, as ações têm sido direcionadas inicialmente a um levantamento da história local e elaboração de um acervo da história do *campus*. Em Campos dos Goytacazes, onde estão localizadas três unidades com Centros de Memória, pode-se perceber os diferentes enfoques dados por cada um deles: no *campus* Campos-Centro, unidade mais antiga na história da Instituição (fundada em 1906 com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices) a ênfase está na memória institucional do *campus*, bem como na memória arquitetônica da região; no *campus* Campos-Guarus, localizado à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, em um bairro mais popular, a ênfase se volta para a educação patrimonial; a Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA), por sua vez, tem como projeto principal realizar a memória institucional, destacando a importância da pesca artesanal na região como cultura local, já que possui diversos projetos de pesquisa e extensão relacionados com comunidades de pescadores. No *campus* Quissamã, a memória social do trabalho, nessa região de antigo esplendor açucareiro, é um dos projetos realizados, Em Macaé a ênfase do *campus* está voltada para a memória institucional e composição de acervo regional de fotos e documentos. Já em Cabo Frio, ações de memória oral relacionando o turismo à preservação histórico-cultural da região são os enfoques principais.

Observa-se, assim, que apesar de existir um fio condutor em todos esses Centros de Memória que compõem o Programa do IFFluminense, há uma diversidade de focos que reflete a territorialidade de cada um deles, com a percepção da importância de se levar em consideração as diversas identidades culturais que permeiam a região de atuação do IFFluminense. Isso explica o porquê de, diferentemente

da grande maioria das instituições escolares/acadêmicas, em que se institucionaliza um único Centro de Memória, o IFFluminense caminhou para a composição de um Programa integrador de diversos Centros de Memória relacionados ao território.

### 3.2 A educação e a memória ou a memória da educação

Ao narrar os desafios para a organização de um Centro de Memória da Educação na UNICAMP, Martins (s/d), aponta que

Retomar os debates sobre Memória no campo da educação significa retomar o lugar do sujeito, já que a memória, concebida como capacidade cognitiva (a memória/conhecimento), ou como função política (memória voluntária e memória coletiva) nos permite repensar os sujeitos diretamente envolvidos na educação, em especial, na educação como uma prática interventora, institucional e regulamentada através de dispositivos de regulação social. Esse “lugar da memória” contém o vivido e o imaginado, já que a virtualidade é uma das características da memória.

Observa-se, assim, que uma questão a ser considerada é a importância dos Centros de Memória para a manutenção e/ou construção de uma identidade institucional que permita refletir as questões existentes em suas unidades. Em artigo em que avalia os arquivos escolares, relacionando a escola e o trabalho como lugar de memória e de identidade, Ciavatta (s/d) aponta a pobreza dos arquivos escolares por ela pesquisados, os quais preservam apenas conteúdos burocráticos tais como leis, notas, resoluções normativas, etc., e ressalta a importância de outras fontes para uma reapropriação do acervo e constituição de centros de memória da educação e do trabalho, tais como fotografias, documentos escritos e memória oral baseada em depoimentos. Para a autora,

a identidade que cada escola e seus professores, gestores, funcionários e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação relativa às novas vivências, às relações que estabelecem. De outra parte, esse processo está fortemente enraizado na cultura do tempo e do lugar onde os sujeitos sociais se inserem e na história que se produziu a partir da realidade vivenciada, que constitui ela mesma “um lugar de memória”.

A reforma do ensino médio e profissional dos últimos anos certamente trouxe implicações para a identidade das escolas. Por ter sido um processo no qual as escolas tiveram que se inserir, sem a opção do contrário, suas identidades foram afrontadas por um projeto não construído por elas próprias, mas por sujeitos externos. A contradição vivida esteve na obrigação de apropriarem-se desse projeto como seu. Nisto, novas identidades foram também se tecendo. Cabe saber até que ponto as comunidades escolares têm consciência disso, qual a memória que preservam e qual a história que constroem sobre si próprias.

Apesar de abordar um tempo anterior à existência dos Institutos Federais, as afirmações mantêm-se atuais, principalmente levando em consideração os conflitos advindos da composição dos sujeitos sociais na escola e do grande aporte de novos servidores vivenciados na construção dessa institucionalidade: aos “antigos”, que guardam memórias de outro conceito institucional e suas

práticas, contrapõem-se os “novos”, que chegam sem compreensão de que tipo de ambiente educacional irão encontrar. A esses dois grupos, unidos, fica a missão de criar e perceber essa nova identidade, reflexo de uma história em construção.

### **3.3 Tudo “junto e misturado”**

Outra questão a ser levantada é a heterogeneidade dos membros das equipes dos Centros de Memória. Em uma instituição contendo uma diversidade de profissionais envolvidos na área da educação, os integrantes dos Centros de Memória refletem essa diversidade: são professores de história, arquitetos, bibliotecários, engenheiros, sociólogos, professores de geografia, técnicos de informática, entre outros. Os estudantes também refletem a diversidade dos cursos ofertados na Instituição: são oriundos dos cursos de arquitetura, técnico em agropecuária, técnico em eletrotécnica, técnico em agroindústria, licenciatura em ciências da natureza, técnico em informática, dentre outros.

Essa diversidade, se por um lado pode parecer caótica e fragilizar as metodologias utilizadas nos Centros de Memória, por outro é extremamente positiva por permitir um maior entrosamento dos Centros de Memória com as diversas realidades da Instituição, além de permitir um maior entrosamento e diálogo com as diversas concepções de educação existentes nesse conjunto cada vez mais heterogêneo profissionalmente. A construção coletiva se percebe e realiza nos encontros ordinários de todos os coordenadores dos Centros de Memória integrantes do Programa, onde a participação e troca de experiências enriquece e une a diversidade existente.

Observa-se também que o enfoque e diálogo com a comunidade se dá a partir de perspectivas diferentes, o que pode ser um facilitador na perspectiva de criação de laços de afetividade que reforcem a permanência e continuidade desse compromisso institucional.

Nessa relação com a comunidade regional, os Centros de Memória têm avançado no diálogo, estimulando e valorizando as diversas identidades culturais locais, através da realização, dentre outros, de documentários, entrevistas e/ou levantamentos de acervo e documentos para exposições ou cartilhas de educação patrimonial.

Além dos efeitos positivos para o resgate cultural do território regional, há também o desenvolvimento de uma consciência cultural cidadã por parte dos estudantes envolvidos nos projetos, seja como bolsistas ou voluntários. Essa participação dos estudantes vem ao encontro daquilo que Ciavatta (2011) preconiza para o ensino profissional, que é a politecnia.

### **3.4 Desafios Institucionais: parceiros fortalecem**

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tem enfrentado o desafio de assegurar a permanência e consolidação do Programa na Instituição. Além do apoio material, no sentido de garantir o mínimo de condições materiais para a execução dos trabalhos propostos, um grande esforço tem sido realizado na busca de parcerias que possam fortalecer as ações e reflexões acerca das questões culturais.

Em 2013, o Instituto Federal Fluminense firmou parceria com o Instituto de Preservação

Histórico-Artístico Nacional (IPHAN) do Rio de Janeiro, constituindo diversos Núcleos de Gestão Integrada do Patrimônio tendo por base, no IFFluminense, as ações desenvolvidas pelos Centros de Memória. A parceria tem produzido frutos, dentre os quais podemos destacar: documentário sobre o Engenho Central em Quissamã, resultado de uma oficina de audiovisual promovida pelo IPHAN envolvendo jovens da comunidade e realizada no Centro de Memória do *campus* Quissamã; curso de Formação Inicial e Continuada sobre Educação Patrimonial para taxistas realizado no *campus* Cabo Frio, com participação do IPHAN e apoio da Prefeitura local; desenvolvimento, por parte de estudantes de arquitetura do IFF e coordenado pelo Centro de Memória do *campus* Campos-Centro, de plantas arquitetônicas com proposta de recuperação e uso para o prédio tombado pelo IPHAN em Campos dos Goytacazes.

No ano de 2014, nova parceria na área da cultura foi firmada, constituindo-se o Fórum Interuniversitário de Cultura (FIC), através de uma iniciativa ampla entre várias instituições de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, das quais o IFFluminense faz parte. Pretende-se avançar para planos de trabalho específicos que possam fortalecer ainda mais o Programa de Centros de Memória.

Além disso, diversas parcerias de âmbito local têm sido buscadas ou estão em elaboração, a partir do diálogo com Espaços Culturais, Museus e comunidades, reforçando e estreitando os laços afetivos no território.

## **5 Apenas o início de uma trajetória**

Entendendo o papel de uma Gestão Institucional frente às questões relevantes para a comunidade na qual se insere, é que se desenvolveu o proposição do Programa Centros de Memória do IFFluminense. Novas ações institucionais estão sendo construídas, no sentido de consolidar e avançar com o Programa. Assim é que está previsto ainda para o ano de 2014 o lançamento da Coleção Memórias Fluminenses pela Editora Essentia, do IFFluminense. Outra proposição relevante é a implantação de um Centro de Referência em Desenvolvimento Humano e de Tecnologias Educacionais, em que o Programa Centros de Memória constitui um dos pilares, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como pressuposto referencial para a difusão e preservação da memória.

Por fim, com a construção do Programa Centros de Memória do IFFluminense, busca-se avançar no sentido de quebrar preconceitos e visões mecanicistas sobre a educação profissional no Brasil, contribuindo para o fortalecimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tanto no que se refere à construção de uma identidade interna que permita ao conjunto de servidores e alunos que a compõem vivenciarem experiências de fortalecimento identitário, quanto para a construção de uma relação cada vez mais dialógica com as comunidades com as quais se relacionam e para as quais possuem seu porquê.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm) Acesso: 29 jun 2014.

CIAVATTA, M. A cultura do trabalho e a educação plena negada. *Revista Labor*, ISSN: 19835000, n.5, v. 1, 2011, 164 p. Disponível em: [http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume5/9\\_Maria\\_Ciavatta.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume5/9_Maria_Ciavatta.pdf) Acesso: 22 jun 2014.

CIAVATTA, M. Arquivos da Memória do Trabalho e da Educação e a Formação Integrada. s/d. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautores/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf> Acesso: 22 jun 2014.

MARTINS, M. C. Os desafios para a organização do Centro de Memória da Educação da UNICAMP, ou de como constituir coletivamente um “lugar de memória”. Disponível em [http://www.fe.unicamp.br/servicos/centro\\_memoria/pesquisa/evora.pdf](http://www.fe.unicamp.br/servicos/centro_memoria/pesquisa/evora.pdf) Acesso em 14 jul 2014.

SILVA, C.J.R.; PACHECO, E.M.; PEREIRA, L.A.C.; VIDOR, A.M. (Org.). *Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008 – Comentários e Reflexões*. 1.ed. Natal-RN: IFRN-Editora, 2009, v.1, 70p.

KUENZER, A.Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1153-1178, out 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10 jul 2014.